

Editorial

Abrimos 2026 com uma edição que, para mim, tem um sabor especial: ela mostra, com números concretos e com muita diversidade de vozes, como a prospecção vem se firmando como um campo maduro e, ao mesmo tempo, inquieto. E ainda bem que é assim. Prospecção que se acomoda vira rotina; e rotina, a gente sabe, não combina com ciência que quer antecipar tendências, orientar decisões e reduzir incertezas.

Este número reúne 22 artigos, assinados por 72 autores, vinculados a 19 instituições, distribuídas por 11 estados e representando as cinco regiões do país. Eu paro um instante nesses números, porque eles não são enfeites: são números que apontam para uma comunidade que está se espalhando, se conectando e, principalmente, se permitindo olhar o Brasil real como matéria-prima de análise. E isso, para uma revista de prospecção, tem peso. Porque esses números dizem mais do que parecem dizer. Eles falam de capilaridade, de redes que se expandem, de grupos que dialogam entre si mesmo quando estão distantes geograficamente. E falam também, de maneira muito direta, de um país que produz conhecimento aplicado e crítico, a partir de realidades diferentes, com desafios diversos e com prioridades que nem sempre cabem num único enquadramento.

Há alguns anos, quando se falava em prospecção, era comum associar o tema a exercícios pontuais, quase sempre concentrados em poucos centros. Hoje, o cenário é outro. O que vemos aqui é a prospecção atravessando áreas, metodologias e contextos institucionais. Em outras palavras: ela deixou de ser uma “ferramenta de nicho” para se tornar um modo de pensar. Um modo de fazer perguntas melhores. Um modo de reconhecer limites, e, ao mesmo tempo, abrir espaço para escolhas mais informadas.

E é aí que esta edição se torna particularmente relevante. Estamos vivendo um tempo em que a velocidade das mudanças pode nos dar a falsa impressão de que tudo é urgente e que qualquer previsão serve. Mas prospecção séria não é adivinhação, nem truque retórico. É trabalho cuidadoso: escolher evidências, confrontar hipóteses, explicitar premissas, reconhecer vieses, e, ponto crucial,

admitir incertezas sem transformar isso em paralisia. Parece simples escrito assim, mas quem faz sabe quanto exige.

O conteúdo do número acompanha essa perspectiva. Há um bloco forte voltado para o funcionamento das instituições e o que acontece “por dentro” da inovação, em que o desafio nem sempre é ter a tecnologia, mas conseguir fazê-la circular, virar prática, se transformar em rotina boa. É o caso de “Gestão do Conhecimento no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região”, que nos puxa para a dimensão organizacional e pública da gestão do conhecimento. O artigo “Oferta Tecnológica nas Universidades – um Olhar sobre as Políticas de Inovação das Instituições Públicas Federais” toca num ponto sensível e atual: como as universidades se organizam para transformar capacidade científica em oferta tecnológica consistente. Na mesma conversa, “Desafios na Gestão de Marcas de Instituições Públicas de Ensino Superior: o caso da Universidade De Brasília” nos lembra que reputação, identidade e marca não são “cosmética institucional”, são ativos estratégicos, e, quando mal geridos, viram ruído que custa caro.

Ainda nesse eixo em que inovação encontra governança, entram discussões que atravessam lei, direito e segurança. “Os Efeitos da Lei da Biodiversidade na Universidade Federal de Sergipe no Período de 2017 a 2022” é um exemplo direto de como marcos regulatórios mudam rotinas, decisões e caminhos de pesquisa dentro das instituições. E, em outra chave, “Herança Digital – Análise dos Desafios na Transmissão de Ativos Digitais no Direito Sucessório Brasileiro” amplia a agenda: o que acontece quando patrimônio vira dado, conta, *token*, acesso, e o direito precisa correr atrás para não deixar lacunas justamente onde a vida já mudou.

Gosto especialmente de como esta edição também traz a prospecção “com as mãos na massa”, literalmente. O artigo “Avaliação do Potencial Tecnológico Alimentício do *Cocos nucifera* L. como Adjunto na Produção de Cerveja Artesanal” mostra essa ponte entre ingrediente, processo e oportunidade tecnológica, sem perder a perspectiva de aplicação. E, do lado da bioeconomia com cara de território, “Dimensionamento da Produção de Geleias: uma estratégia

de bioeconomia na Amazônia” conversa com desafios concretos de escala, organização produtiva e valor agregado. Na mesma direção, mas com uma pegada industrial e de processo, “Desenvolvimento Tecnológico para a Produção de Etanol e de Ácido Acético com Integração de Culturas em um Único Processo Fermentativo: um processo inovador” reforça como inovação também é engenharia de integração, e não apenas “uma novidade” isolada.

A agenda contemporânea aparece com força quando o número entra naquilo que está na fronteira entre sustentabilidade, tecnologia e decisão. “Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Seguros: uma análise à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU” é um bom lembrete de que transição sustentável não acontece apenas no laboratório: surge também no desenho de produtos, na avaliação de risco, nos incentivos. E, do lado ambiental mais direto, “Emissões de CO₂ de Edificações no Brasil: uma revisão sistemática sobre o ciclo de vida” aponta para uma discussão que amadureceu e já não aceita respostas superficiais: impacto precisa ser medido do começo ao fim.

Os artigos sobre prospecção tecnológica aplicada também têm um ritmo próprio nesta edição, e considero isso ótimo, porque é onde o campo mostra método e utilidade ao mesmo tempo. “Perspectivas Tecnológicas no Controle de Cupins” coloca em foco um problema persistente, desses que atravessam setores e regiões, e pede soluções com base em evidências e em evolução tecnológica. “*Bulding Information Modeling*: identificação do estado da arte e evolução até os dias atuais” traz a trilha do BIM com a clareza de quem sabe que tendências não se decretam: elas se constroem, etapa por etapa, com adoção, barreiras e aprendizado. E, olhando para dentro do próprio ecossistema de propriedade intelectual, “Raspagem de Dados no INPI: um recurso para a análise de informações de patentes” toca num ponto prático que faz diferença: acesso a dados e capacidade de análise são parte do jogo e, muitas vezes, definem quem consegue enxergar primeiro.

Na interface entre alimento, materiais e tecnologias emergentes, aparecem duas contribuições que conversam com inovação de produto e também com requisitos de segurança e mercado: “Estudo prospectivo sobre filmes com óleos essenciais para alimentos” e “Prospecção de Tecnologias Usada na Determinação de Metais e Metaloides em Águas Subterrâneas”. E, quando a pauta é urgente e global – mas com impactos locais muito concretos, “Microplásticos em Ecossistemas Aquáticos: busca de anterioridade e prospecção de tecnologias de degradação” nos alerta para o que precisa ser enfrentado com seriedade: mapear o que existe, o que funciona, o que é promessa, e onde ainda estamos devendo resposta.

Fechando o arco institucional, tecnológico e de mercado, entram discussões sobre sistemas de inovação, empreendedorismo e gestão que ajudam a não romantizar o caminho. “Uma Análise de Inovação de Pós-Incubação: um estudo comparativo no Centro de Desenvolvimento Empresarial de Incubação (CIDE)” vai direto a um ponto que costuma ficar fora do holofote: o que acontece depois da incubação, quando o desafio muda de nome e o apoio precisa ser outro? “A Importância da Mentalidade Empreendedora e da Bricolagem para o Empreendedorismo” lembra que estratégia também é capacidade de fazer com o que se tem, mas sem transformar isso em desculpa para improviso eterno. E “Estudo Prospectivo de *Softwares* de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação” traz a pauta da governança tecnológica para o centro, local em que ela deveria estar há muito tempo.

E há ainda um recorte que me alegra ver ganhar corpo: o da Indicação Geográfica, com território, cultura e economia andando juntos, mas sem ingenuidade. “Análise de Viabilidade do Registro de Indicação Geográfica para a Farinha da Comunidade Nossa Senhora do Rosário do Lago do Máximo – Parintins-AM” traz um caso concreto, com chão, história e potencial. E “Indicação Geográfica: uma prospecção sobre gestão em IG” amplia o foco para a pergunta que decide o futuro de muitas IGs: como gerir bem, sustentar qualidade, coordenar atores e proteger valor.

No fim, o que este número nos oferece não é “um tema único”, é algo mais interessante: um mosaico consistente sobre como o país pensa inovação, regula, mede impacto, organiza instituições, protege ativos e tenta, com todas as dificuldades do caminho, transformar conhecimento em decisão melhor.

Como revista, nosso compromisso é exatamente com essa combinação que nem sempre é fácil de equilibrar: rigor e utilidade. Rigor na forma de construir o argumento, na transparência do método, na coerência entre dados e nas conclusões. Utilidade no sentido mais nobre da palavra: produzir conhecimento que ajude comunidades acadêmicas, gestores, profissionais e formuladores de políticas a enxergarem melhor o que está se formando no horizonte para que possam tomar decisões com mais responsabilidade.

Também vale dizer algo que, às vezes, fica escondido nos bastidores: cada artigo que chega até aqui passa por um percurso intenso de avaliação, revisão e refinamento. Não é um caminho “burocrático”; é um processo de lapidação. E, honestamente, é um processo coletivo. Autores, pareceristas e equipe editorial fazem parte da mesma engrenagem, que só funciona quando há seriedade, respeito e disposição para melhorar o texto, a análise e a contribuição.

Eu faço questão de agradecer a quem submeteu seus trabalhos e confiou na Revista *Cadernos de Prospecção* como espaço de circulação científica. Agradeço também aos pareceristas, que doaram tempo e atenção para ler com cuidado, apontar fragilidades, sugerir caminhos e, muitas vezes, fortalecer o argumento de forma decisiva. Quem já avaliou um manuscrito sabe: é um trabalho silencioso, exigente e absolutamente central para a qualidade do que publicamos.

Ao leitor, deixo um convite simples: leia esta edição sem pressa e com curiosidade. A prospecção, quando bem-feita, tem esse efeito interessante, ela nos obriga a olhar para além do tema imediato do artigo e a pensar nas implicações. O que isso muda no modo como uma instituição planeja? O que isso sugere para uma política pública? O que isso sinaliza para um setor produtivo, para um ecossistema de inovação, para uma agenda de pesquisa? Às vezes, a melhor contribuição de um texto não é apenas a resposta que ele oferece, mas a pergunta nova que ele provoca.

Começamos o ano, portanto, com uma edição que é, ao mesmo tempo, retrato e movimento: retrato do que já conseguimos consolidar como campo e como comunidade; movimento na direção de análises mais robustas, conectadas e mais conscientes do impacto que podem gerar.

Que o volume 19, número 1, seja apreciado conforme sua relevância: como uma boa conversa entre quem pesquisa, quem decide e quem se importa com o futuro, não um futuro abstrato, mas aquele que vai sendo construído, devagar e todos os dias, nas escolhas que fazemos agora.

Boa leitura!

Andrea Viviana Waichman

Professora da Universidade Federal do Amazonas